

A CRÍTICA TEXTUAL NO TRABALHO DO TRADUTOR: A historiografia a partir da “escola” de Toledo

Autor: Jean Paul Gouveia Meira¹
Orientador: Gervácio Batista Aranha²

A crítica textual é um trabalho filológico de extrema habilidade e interdisciplinaridade, cujo objetivo é preservar a cultura dos povos através dos textos produzidos em suas línguas. Sendo assim, o tradutor deve providenciar que o texto a ser traduzido seja realmente “o texto do autor” ou pelo menos o texto mais próximo possível daquele que o autor escreveu.

Trataremos, nessa oportunidade, da contribuição da **crítica textual** na atividade do tradutor, a partir da “escola” de tradutores de **Toledo** (séculos XII-XIII), além dos **editores de textos** dos séculos seguintes (XV-XVIII), conhecidos como eruditos dentro da perspectiva da historiografia moderna. Para tanto, dialogamos com Danielle Jacquart, Jaques le Goff, José Carlos Reis, Marie-Paule Caire-Jabinet, Olivier Guyotjeaknin, Voltaire, dentre outros que compartilham das novas abordagens sobre a crítica textual.

Nesse contexto, a denominação “**Escola de tradutores de Toledo**”, emprega-se para designar na historiografia, desde o século XIX, os distintos processos de transladação e interpretação de textos clássicos grego-latinos alexandrinos que foram vertidos ao árabe ou ao latim. A reconquista em 1085 de Toledo e a tolerância que os reis cristãos tiveram para com muçulmanos e judeus facilitaram esse comércio cultural que permitiu o renascimento filosófico, teológico e científico primeiro da Espanha e logo de todo o ocidente cristão. Entretanto, o termo escola não seria apropriado, “(...) *existiram, em Toledo, verdadeiras equipas de tradutores a que poderíamos chamar ‘profissionais’*.”³

Tal como o Renascimento dos séculos XV e XVI, esta renovação no pensamento castelhano é marcada por uma vontade de se basear em textos fiáveis, de reencontrar autoridades incontestáveis. Para tanto, trabalhando sobre os testemunhos, procurando relatar o passado distante, os tradutores medievais recuperaram o sentido de tempo, mesmo tendo procurado inscrevê-lo no quadro de desígnio divino. “*A ansiedade em dominar o tempo é*

¹ Aluno do V semestre do curso de História (licenciatura e bacharelado) da UFCG.

² Professor da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG.

³ **A Escola dos Tradutores**. In: Toledo, séculos XII-XIII – Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância. Coleção Memórias. Lisboa: Edições Terramar, 1991. p. 126.

acompanhada de um esforço dirigido à crítica dos textos, que aparece de modo mais sistemático a partir do século XII.”⁴

Sendo assim, o ocidente começou a apropriar-se das riquezas intelectuais do mundo árabe, como a tradução para o latim de um número impressionante de obras relativas à filosofia, astronomia, matemáticas, ciências ocultas e medicina. Nesse contexto, “*no século XII, as vitórias e os progressos da Reconquista fizeram da Espanha o local privilegiado da transmissão*”⁵ intelectual. Entretanto, as condições de elaboração das traduções conservam uma parte do mistério. Existiria um quadro institucional, durante todo esse século, de uma pretensa escola de **tradutores**?

Embora nenhum documento consiga atestar a organização de uma verdadeira escola, a crença na sua existência continua a ser partilhada por alguns historiadores. Para além da dedicatória ofertada por João de Sevilha ao arcebispo Raymond, não existe qualquer outra prova de que este arcebispo tenha patrocinado traduções. Ora, muitos estudiosos acreditam que nessa época a Igreja, e principalmente a ordem dos beneditinos, seriam responsáveis pela contratação de **tradutores** para realizarem **traduções** com uma finalidade apologética. Ademais, supostamente o teólogo e filósofo francês, *Pierre le Vénérable*, teria tido a oportunidade de conhecer, durante a sua estada em Espanha, o arcebispo Raymond, e tê-lo-ia encorajado a realizar tais contratações. Entretanto, “*(...) mais do que no tempo do arcebispo Raymond, as fontes convidam-nos antes a situar o verdadeiro início das traduções toledanas na época do arcebispo João (1152-1166). Este último aparece, com efeito, como o mais verossímil encomendante da tradução que lhe é dedicada por um tal ‘Avendeutch (...)’*”⁶.

Ademais, devemos precisar que o título de “mestre das escolas” se refere ao ensino ordinário ligado a qualquer catedral e não implica de forma alguma a existência de uma “escola” de tipo diferente. A ligação a um conjunto de cônegos foi, ao longo de toda a Idade Média, um meio privilegiado de remuneração para os intelectuais. “*A presença desses tradutores no seio do cabido de Toledo nos anos 1150 – 1180 constitui sem dúvida a prova mais evidente do apoio concedido pelos arcebispos.*”⁷ Já na segunda metade do século XIII, o rei-imperador **Afonso X** (rei de Castela e de Leão), institucionalizou de certa maneira em Toledo esta “Escola de Tradutores”, centrada, sobretudo, em verter textos astronômicos e médicos.

⁴ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **O período medieval: uma história cristã**. In: Introdução à historiografia. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003. pp. 29.

⁵ **A Escola dos Tradutores**, op. cit., p. 167.

⁶ idem, ibidem, p. 170.

⁷ ibidem, p. 171.

Entretanto é grave anacronismo atribuir só a “Escola de Tradutores de Toledo” ao período de Afonso X: Como se explicaria a possibilidade de um Santo Tomás de Aquino sem o trabalho realizado pelos tradutores espanhóis do século XII? Também ocorre uma confusão ao querer equiparar traduções realizadas em outros lugares ao núcleo triunfante que representa Toledo. Ocorre que estas visões visavam dissolver o significado e a importância da tarefa realizada em Toledo, estabelecendo uma vontade anacrônica de exaltar certas independências culturais de muita menor influência. *“No século XII, Toledo não foi, portanto, apenas um vasto escritório de traduções, foi também um local de reflexão sobre a organização do saber. Neste sentido, metafórico, é possível evocar a existência de uma ‘escola’.”*⁸

É apenas a partir dos séculos XIV e XV que surgem as condições materiais da erudição moderna. Torna-se possível uma crítica efetiva dos documentos. Embora as épocas anteriores houvessem tido a intuição e a ambição de possuir tal aparato crítico, sua aplicação prática estava inviabilizada por falta de instrumental apropriado. Assim, segundo Marie-Paule Caire-Jabinet:

*“Quando a história conquista sua autonomia surgem diferentes gêneros históricos. Os anais e as crônicas pretendem apresentar descrições precisas e breves, desprovidas de artifícios literários, dos acontecimentos resituados no tempo. Nos textos de história, ao contrário, a retórica e o estilo são cada vez mais valorizados. Os autores buscam igualar-se aos historiadores da Antiguidade, sobretudo Salústio e Suetônio, que são particularmente apreciados. A proposta é também mais ambiciosa que a dos anais e das crônicas, e tende normalmente a abordar uma história universal.”*⁹

À medida que a produção histórica se avoluma, a **história** torna-se um gênero à parte, subdividido em várias ramificações: *a história providencial*, estreitamente dependente da teologia; *a história erudita* dos clérigos e das chancelarias, que continua destinada a uma restrita elite; *a história política* que lança as bases do sentimento nacional francês; e *a história “romance”* que conquista, consideradas as condições da época, um considerável público de leigos.

Nesse novo mundo histórico, era forte a tensão com a tradição do universalismo cristão da salvação, que perdera sua base feudal de sustentação política. *“O novo homem ocidental é um estranho a si mesmo, agindo de forma contraditória, dividido entre valores e lógicas distintos, inconciliáveis. A cultura profana retoma seu combate à cultura sagrada, após ter sido vencida por mais de um milênio. Desencontrado, contraditório, o coração*

⁸ Ibidem, p. 179.

⁹ CAIRE-JABINET, Marie-Paule, *op. cit.*, pp. 31.

desabotoado de um lado, a razão afiada de outro, o próprio homem europeu se contesta!”¹⁰. Para tanto, o período medieval apresentava fontes inicialmente bastante difíceis e dispersas necessitando de um destacado aparato erudito no decorrer dos próximos séculos da chamada Idade Moderna. *“A heráldica, a sigilografia, ou disciplinas mais austeras, como a paleografia e a diplomática, vieram, pois, não mais alimentar ‘querelas de eruditos’, mas contribuir para a reflexão sobre as sociedades medievais.”*¹¹

Nesse contexto, para Marc Bloch, o ano de 1681, marcado pela publicação do *De Re Diplomática*, de Dom Mabillon, definitivamente fundava a crítica dos documentos de arquivos. E saúda o momento em que a dúvida se torna examinadora e em que ficamos libertos do “velho boato”. A partir do século XVI, uma erudição metódica nasce a par de outra, confusa e perturbadora. Apóia-se em textos mais seguros, usa dicionários, preocupa-se com a epigrafia e com a numismática, arruína velhas lendas. Já se interroga sobre o **“ofício de historiador”**, na pessoa de Jean Bodin, preocupado em remontar fatos às suas causas. Assim,

*“A erudição histórica é, numa larga escala, uma criação dos arqueólogos do século XVII, descobridores polivalentes, ao mesmo tempo em que pesquisadores insaciáveis, vivendo em perfeita simbiose com a sociedade política e as grandes aventuras intelectuais de seu século. (...) Herdeiros de um século XVI que instituiu como dogma o corte com o passado, contemporâneos de uma nação e de uma monarquia recém-criadas, eles fornecem terra firme para o historiador, elaborando procedimentos tidos hoje em dia como refinados, mas sempre funcionais, de investigação e de validação dos ‘vestígios’ monumentais/documentais.”*¹²

De fato, nessa época clássica da erudição, não podemos falar de um triunfo do documento sobre o monumento. *“Quando, no final do século XVII, Don Jean Mabillon publica o seu De re diplomatica, fundamento da história ‘científica’ que vai permitir a utilização crítica do documento e de certa maneira criá-lo, trata-se apenas ainda de monumento.”*¹³ Todavia, destacando-se de um conjunto de palavras (provas, instrumentos, testemunhos, etc.) que tentavam reunir os novos métodos da memória coletiva e da história, ao desejo de, por um lado, provar cientificamente e, por outro lado, ao renovamento da legislação e do direito, o termo “documento” colocar-se-ia em primeiro plano.

¹⁰ REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 24.

¹¹ GUYOTJEANNIN, Olivier. **A Erudição Transfigurada**. In: BOUTIER, Jean & JÚLIA, Dominique. (orgs.). Passados recompostos. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 163.

¹² Idem, ibidem, p. 164.

¹³ LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. p. 537.

Sendo assim, não se poderia para mais ignorar certo parentesco institucional entre os círculos eruditos do século XVIII e XIX. Resta que, entre 1680 e 1880, houve historiadores tentados por perspectivas mais amplas do que as da erudição silenciosa. Aspiraram a tratar dos costumes e das civilizações em geral. Voltaire é representativo a este respeito: preocupado com a narração exata como os eruditos, está, enquanto filósofo, aberto a tudo o que é humano. Será preciso dar aqui um lugar àqueles que pressentiram as exigências da história global. *"Em quase todas as nações, a História é desfigurada pela fábula até ao momento em que a filosofia vem iluminar os homens; e quando, por fim, a filosofia surge no meio destas trovas, encontra os espíritos tão obnubilados por séculos de erros que mal logra esclarecê-los; deparam-se-lhe cerimônias, factos, monumentos, estabelecidos para sustentar mentiras."*¹⁴

Nesse contexto, num célebre ensaio sobre a história e a filosofia da história, escreve Collingwood:

“A expressão ‘filosofia da história’ foi inventada, no século XVIII, por Voltaire, que entendia por tal nada mais do que a história crítica ou científica, um tipo de pensamento histórico em que o historiador resolvia por si próprio, em vez de repetir histórias encontradas em alfarrábios. (...) A mesma expressão foi usada por Hegel e outros escritores, em fins do século XVIII, dando-lhe eles, porém, um sentido diferente, ao considerá-la simplesmente como história universal.”¹⁵

Neste caso, para um e outro, há uma concepção filosófica que orienta a concepção de filosofia da história: para Voltaire, a filosofia significava um pensamento crítico e independente e, para Hegel, um pensamento acerca do mundo na sua totalidade. No século XVIII, pois, começou-se a pensar criticamente acerca da história. Mais precisamente a obra de Voltaire e dos seus seguidores podem ser definidas como a historiografia do Iluminismo, entendido este como o esforço característico dos princípios do século XVIII, de secularizar todos os setores da vida e do pensamento humanos.

Contudo, fazer uma edição crítica é o mesmo que traduzir. É traduzir do passado para o presente, é traduzir de uma visão de mundo antiga para uma visão de mundo atual; enfim, é traduzir de uma civilização para outra civilização. Assim acontece desde a “escola” de tradutores de Toledo (séculos XII e XIII); assim encerra-se com os editores críticos dos séculos XVII e XVIII.

¹⁴ VOLTAIRE. *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII*. Paris: Garnier, 1963. 2v. cap.197.

¹⁵ COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença, s.d.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

FONTES:

1. COLLINGWOOD, R. G. **A Idéia de História**. Lisboa: Presença, s.d.
2. VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII*. Paris: Garnier, 1963. 2v.

BIBLIOGRAFIA:

1. **A Escola dos Tradutores**. In: Toledo, séculos XII-XIII – Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância. Coleção Memórias. Lisboa: Edições Terramar, 1991.
2. CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **O período medieval: uma história cristã**. In: Introdução à historiografia. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003. pp. 17-48.
3. GUYOTJEANNIN, Olivier. **A Erudição Transfigurada**. In: BOUTIER, Jean & JÚLIA, Dominique. (orgs.). Passados recompostos. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. pp. 163-172.
4. LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
5. REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.